

## Urdiduras do representacional em narrativas jornalísticas de violência

Ferreira Junior, Sergio do Espirito Santo<sup>1</sup>

Costa, Alda Cristina<sup>2</sup>

Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém-PA

### Resumo

Construímos neste artigo uma reflexão rumo à análise de narrativas jornalísticas sobre violência por meio da Teoria das Representações Sociais, considerando tais narrativas como concreções às quais subjazem saberes e relações que integram as dimensões simbólicas da vida social. Ressaltamos tal articulação em relação ao que identificamos como narrativas jornalísticas de violência, que constituem um dos tipos de relatos prevalentes no processo de narrativização do fenômeno no contexto brasileiro. Efetuamos a especificação sobre as representações como processo comunicacional e a delimitação dos aspectos representacionais que compõem a narrativa jornalística de violência.

**Palavras-chave:** Representações sociais; narrativas jornalísticas; violência.

### Abstract

On this paper, we reflect on the analysis of journalistic narratives on violence through the Social Representations Theory, as we deem such narratives as social life constructions which have underlying knowledge and relation to symbolic dimensions of social life. Due to this conceptualization those are highlighted as journalistic narratives on violence, a prevailing social phenomenon and part of the account in the narrativization of violence in the Brazilian context. Furthermore, we offer a view on the representation as a communicational process and on the representational characteristics in those narratives.

**Keywords:** Social Representations; journalistic narratives; violence.

### Introdução

O problema da violência na sociedade brasileira emerge em uma perspectiva multidimensional, como aspecto da vida social que causa inquietação, que convoca à compreensão e à resolução, mesmo que no intento de conferir sentido ao difuso. Seja nas narrativas da vida cotidiana seja nos discursos e práticas institucionais, a violência como fenômeno empírico produz modos de nos relacionarmos com o espaço social, instaura relações de sentido envolvendo tanto o indivíduo quanto a sociedade. Essas relações erigem-se em torno de crenças, de moralidades e de compreensões que são produzidas no seio do contexto sociocultural no qual vive a sociedade que as produz.

Por isso, o problema da violência como ocorrência, como fato do mundo, ao qual podemos nos referir como da ordem objetivo, é contíguo a outro ainda: o problema da

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), Bolsista Capes, email: [esferreira.sergio@gmail.com](mailto:esferreira.sergio@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA), email: [aldacristinacosta@gmail.com](mailto:aldacristinacosta@gmail.com).

violência como representação, como compreendida por meio de um corpo social de conhecimentos dinamicamente disseminados na vida social; portanto, como algo da ordem do subjetivo.

A constatação da configuração de um imaginário social em torno da violência, com desdobramentos que envolvem o medo e a insegurança, sinaliza para mais do que uma intersecção entre domínios objetivos e subjetivos, sinaliza a sobreposição dessas dimensões e sua inseparabilidade na compreensão e em qualquer tentativa de estudo do fenômeno.

Se pensarmos em temáticas adjacentes à violência que têm comumente ocupado a Comunicação, podemos mesmo inferir sobre a constituição social de uma rede simbólica de imagens em torno desse fenômeno. Não só imagens midiáticas, mas imagens socioculturais, todas elas tributárias da irresolução de crônicas contradições e desigualdades na vida social brasileira. Deparamo-nos com um complexo de reprodução social, de tessitura de uma tapeçaria que nos apresenta a violência como um quadro da falência da sociedade e da omnipresença de instabilidade. Esse complexo é do domínio da vida cotidiana e daqueles pensamentos que são processados coletivamente, reconhecidos, legitimados e naturalizados. Olhando para narrativas jornalísticas, esse domínio convoca a essa mobilização do pré-concebido e de representações.

Se pensarmos no que é narrado, mortes brutais, assaltos, protestos, vitimizações, veremos que todos são eventos que desencadeiam narrativas que cotidianamente perfazem seu caminho à vida quotidiana. As narrativas dos jornais apresentam esse saber transmutado em forma jornalística, mas uma construção textual que só é possível porque se erige sobre o substrato do sociossimbólico, de um complexo de representações, fenômeno que é possível investigar à medida que se enxergam no texto, por exemplo, aspectos de uma socialidade e de naturalizações de interpretações sobre a violência que constituem objetos sociais de um saber.

Partirmos, portanto, da Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Moscovici (2011), para a compreensão do fenômeno das subjetividades que se revolvem em torno da violência na sociedade brasileira. À TRS interessa a elucidação dos conhecimentos que circulam em uma atmosfera cultural da vida quotidiana e que se produzem na confluência de um pensamento coletivo, naquilo que o autor chama de “sociedade pensante”. Esses conhecimentos são partilhados socialmente, estruturam um ambiente sociossimbólico em torno dos mais diversos objetos sociais, orientam condutas e, em última instância, prescrevem a definição da realidade social.

Temos o interesse em demarcar a possibilidade e alguns parâmetros para observar o fenômeno das narrativas jornalísticas de violência, que tem perpassado uma série de debates sobre questões contemporâneas inter e transdisciplinares que emergem das e nas representações. Demarcar, portanto, como a violência, esse objeto social que nos apareceria a uma primeira visada de forma totalizante, pode ser abordado a partir daquilo que tem de compreensivo, de sociocultural, de simbólico, a fim de que possamos estabelecer o seu lugar em um panorama mais amplo do que aquilo que é reconhecido como sua objetividade.

### **O lugar das representações como fenômeno comunicacional**

É importante ressaltar que uma incursão ao conceito de representações sociais nos ajuda a desancorar abordagens normativas em torno da problemática de mídia e violência, ao mesmo tempo em que nos possibilita uma abertura na consideração da dimensão do fenômeno comunicacional, dos liames e das subjetivações em torno da violência. Se pensarmos tanto a dimensão da narrativa quanto a da representação social, perceberemos que está assente em seu cerne uma preocupação com experiência e a vida vivida, que são arranjadas na tessitura do narrar e que transformam um ambiente de pensamento no que concerne às representações.

Por essa razão, elegê-las como um ponto de partida que alinhava saberes em narrativas resulta profícuo, à medida que evita que incorramos a apelos ao normativo da feitura jornalística ou à premência de refutar a informação falaciosa sobre a realidade social. Se nos meandros da vida social, essas representações aderem aos espaços, às figuras humanas, a imagens e às ações diante da violência representada, isso implica que a narrativa jornalística não tem a hegemonia totalizante que se lhe apregoa, mas também que não é uma forma desprovida de pertinência no tecido social, sobretudo, porque opera mediações de conhecimentos que se manifestam narrativamente e se processam nessa teia das representações sociais. Nesse meandro, ela está em um lugar intermediário, pois também intermedeia tais passagens no processo comunicacional.

Para pensar tal processo, a conceptualização da forma social em Maffesoli (1998) faz com que nos atentemos para a dimensão das relações. Ele dá relevo ao conhecimento do senso comum, àquilo que emerge do fluxo da vida quotidiana, já que “a vida antecede o pensamento” (MAFFESOLI, 1998, p. 92), sendo necessário para considerar a realidade em sua globalidade. Esse congregar do heterogêneo e do contraditório feito pela forma social é o que demarca o seu carácter simbólico, que é “fazedor dos vínculos [...] põe em relação,

profundamente, com o ambiente natural e social” (1998, p. 96). Nesse ambiente, portanto, a forma social emerge como forma de alinhar a realidade e aparência, sentidos sobre esse ambiente da vida, fornecendo o substrato para as relações sociais, daquilo que partilha no jogo das imagens e das formas, da multiplicidade naquilo que é vivo e cotidiano.

De modo similar, França (2011) nos adverte que o objeto da Comunicação não se trata de um objeto tangível, mas a representação que fazemos dele, quando da busca do conhecimento. Não se trata de um objeto empírico, mas teórico, à medida que podemos perspectivar a comunicação por um viés, como aquilo que França chama de “natureza comunicativa”, que alinhava conceitos, formas de apreensão e práticas presentes na vida social. Por isso mesmo, essa natureza comunicativa pode ser parte de uma atitude, de uma postura e de um itinerário reflexivo que deem ênfase à maneira como identificamos e falamos dos objetos comunicativos do mundo, pensando-os na sua tessitura enquanto parte desse processo sobre cuja dimensão simbólica inferimos. Ao se pensar essa natureza comunicativa como momento de confluência entre o objeto do mundo e nossa perspectiva, “conhecer significa voltar-se para a realidade, e ‘deixar falar’ o nosso objeto; mas conhecer significa também apreender o mundo através de esquemas já conhecidos, identificar no novo a permanência de algo já existente ou reconhecível” (FRANÇA, 2011, p. 43).

Essa dimensão simbólica, assim, produz-se por meio dessa natureza comunicativa, por meio da qual compreendemos a intersubjetividade na vida social, que emerge de processos comunicativos que se dão na interação entre os indivíduos em sociedade. A sua perspectiva toma como ponto de partida a vida social como reduto dessas relações, à medida que “o viver juntos, a inserção do homem nas malhas infinitas das interações sociais significa também um trabalho permanente de produção e de interpretação do sentido”, sobretudo, “porque a vida social compreende, no movimento mesmo do ajuntamento, a instalação do mundo simbólico; as relações sociais são ao mesmo tempo relações de sentido” (FRANÇA, 1998, p. 43). Desse modo, infere, o trabalho de pensar a natureza comunicativa dessas relações sociais traduz-se em buscar compreender os comportamentos sociais e as suas dimensões simbólicas.

Cabe, portanto, ao nos depararmos com a narrativa jornalística, pensarmos a palavra como meio pelo qual emergem relações de socialidade, porque nela se materializa o simbólico, assinalando a sua inserção no mundo e como parte da vida social, pela “produção material de suas representações, construindo um tipo de ligação que é da natureza do simbólico e do real, do material e do imaginário, do objetivo e do subjetivo” (FRANÇA, 1998, p. 45). A compreensão dessa natureza comunicativa tem, portanto, a ver

com a consideração de uma abertura simbólica ao se pensar a comunicação, deslocando-a de uma relação rígida entre emissor e receptor para uma rede complexa de relações entre interlocutores, entre as mensagens e o contexto, em uma intrincada urdidura de formas simbólicas, de sentidos e de outras relações.

Trata-se mesmo de pensarmos um universo simbólico, sobretudo, por mediações pela linguagem, em que os sentidos fazem parte de uma tessitura complexa de subjetividade social. Tais dinâmicas, inferimos, estão relacionadas à construção social da realidade, conforme a apresentam Berger e Luckmann (1991), pois nesse processo de produção das narrativas há a inscrição de conhecimentos socioculturais em torno do fenômeno da violência, que engendra a construção desse fenômeno na e pela mídia, produzindo e reproduzindo formas de conhecimento sobre a realidade social. Se pensarmos na esteira de Berger e Luckmann, vemos que nos falam dessa construção social da realidade nos termos de um processo social de percepção dos fenômenos e acontecimentos como reais, pelo “conhecimento que guia condutas na vida cotidiana e [...] realidade como disponível no senso comum dos membros ordinários da sociedade” (1991, p. 33, tradução nossa).

Desse modo, podemos pensar as mídias e narrativas jornalísticas como uma das formas de aceder a essa dimensão significativa, à medida que o artefato midiático participa de um processo em que conhecimentos cotidianos sobre a realidade social, advindos do senso comum, passam a circular em um ambiente sociossimbólico. Essa significação, como a definem Berger e Luckmann, consiste na objetivação de subjetivações, que se transformam em um constituinte objetivamente acessível da realidade. Tais artefatos, portanto, porque se constituem como objetos socialmente acessíveis, integram o processo de formação desse conhecimento da vida cotidiana, que os indivíduos forjam em mundo intersubjetivo, compartilhado, construído sobre os seus estoques sociais de conhecimento.

### **Pressupostos para uma aproximação às representações sociais**

Isso nos leva às representações sociais em Moscovici (2011): um conjunto de crenças partilhadas por grupos ou sociedades, que são decisivas nos processos de pensamento e possuem uma dinâmica prescritiva. As representações sociais estão relacionadas com a repetição e são revestidas de um “tecido de banalidade” que nos concede a segurança de estar no mundo. Seu núcleo central constitui-se de um núcleo de imagens mais profundo, que tem muitas vezes um caráter de segredo na sociedade, que o cobre com camadas de sentidos. Para o autor, não existe representação social inteligente ou

crítica, pois ela faz parte da economia simbólica da vida das pessoas e se opõe à racionalidade moderna.

O peculiar das representações sociais encontra-se justamente na sua capacidade de se tornar senso comum, ao mesmo tempo em que o senso comum se torna representações sociais, em uma via de mão dupla à qual nem mesmos os próprios cientistas estão imunes, pois esses, como membros viventes de uma sociedade, não são capazes de se emancipar completamente da influência do senso comum e de nem da influência de suas próprias crenças. Porto (2014, p. 61) demarca, por essa razão, a importância de se pensar a violência pelas representações sociais, pois esse conhecimento “utilizado pelo senso comum encontra-se eivado de conteúdos valorativos, acarretando a impossibilidade de ser compreendido sem que se interrogue sobre os sentidos, valores e crenças que estruturam e presidem a vida social e que são os conteúdos”.

Há, portanto, uma complexa relação entre sociedade e violência, em que, pesquisadores de diversas áreas de conhecimento – sociólogos, antropólogos, filósofos, psicólogos, comunicólogos entre outros – buscam compreender o fenômeno da violência e a tessitura de um quadro de percepções sobre ela, cujo substrato mais evidente é muitas das vezes a difusão e propagação de inúmeras narrativas visuais, textuais ou orais construídas nos meios de comunicação, que quase sempre apelam ao uso excessivo de imagens ou expressões negativas, assim como uma superficialização desse problema social (COSTA, 2011). A violência passa a ser explicada, assim, como um desfecho possível para as mais distintas situações e tensões, que vão desde formas mais simples e diretas – e eventualmente ‘irracionais’ ou menos conscientes – de manifestação de desejos até os grandes conflitos como compreensão da contemporaneidade.

A violência passa a ser apresentada como chamariz da atenção e da experiência. Experiência esta que apela, sobretudo, para as sensações e um cenário social que faz desses saberes a chave para dar vida e reanimar as crenças sobre o fenômeno. Nesse sentido, as representações sociais são importantes porque os indivíduos, a partir delas, se situam e se explicam no mundo:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana (JODELET, 2001, p. 17).

As representações acabam orientando a conduta das pessoas na compreensão dos



fatos sociais. Para Porto (2014, p. 62), que as demarca mesmo como construção social, “mais relevante do que saber se tais ou quais representações são falsas ou verdadeiras importa questionar por que os indivíduos ou grupos de indivíduos as concebem dessa e não de outra forma e que efeitos ou desdobramentos acarretam”. Justamente é isso que fazem as representações sociais: norteiam o significado e sentido que os indivíduos criam do seu mundo, pois, para Moscovici (2011, p. 46), “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”. Na contemporaneidade, sem ter uma visão determinista nem reducionista, as representações sociais são produzidas em grande parte por diversos agentes, entre os quais os indivíduos, as instituições e mesmo a mídia. De acordo com o próprio Moscovici, as representações, sustentadas pelas influências sociais da comunicação, constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações por meio das quais nós nos ligamos uns aos outros.

A constituição dos conhecimentos sobre o mundo, os nossos mundos, se processa, assim, por um ambiente de conhecimento como domínio da vida. As representações sociais não se tratam apenas de imagens ou modelos mentais. Porque são produzidas nas relações intersubjetivas, pela interação e pela comunicação, integram senso comum, conhecimento sobre o cotidiano, parte de um mundo comum. Estão inscritas nos artefatos midiáticos assim como são produzidas pelas interações face-a-face, são como formas simbólicas produzidas por pessoas inseridas em circunstâncias específicas.

Essas representações são parte da “sociedade pensante”, à medida que as representações não são criadas por um indivíduo unicamente, mas se inter-relacionam em uma urdidura constitutiva da vida em e na sociedade. Um ambiente sociossimbólico que habitamos, no qual nos comunicamos, no qual nos relacionamos uns com os outros, com o mundo e realidade que nos cerca. Formam um corpo de conhecimentos que, uma vez objetivados e inseridos nos movimentos desse universo representacional, fossilizam-se e têm recrudescido o seu potencial organizador daquilo que definimos como nossa realidade.

Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é gradualmente ideal, gradualmente torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal. Ao criar representações, nós somos como o artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu e a adora como se fosse um deus (MOSCOVICI, 2011, p. 41).

Essas formas de conhecimento socialmente partilhadas possuem características e

funções que devem ser observadas. Segundo Jodelet (2001), elas representam algo ou alguém cujas características nelas se manifestam, além de estabelecer com o seu objeto uma relação de simbolização e interpretação. Essas formas constituem um sistema interpretativo de um determinado grupo, frente a determinado objeto social, organizando realidade e aparência, a partir de uma orientação pragmática; por isso elas estão relacionadas com experiência, pois condicionam o agir dos sujeitos sobre o mundo. “Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (JODELET, 2001, p. 17-18).

Jovchelovitch afirma que é preciso pensar o material e o simbólico, pois os processos subjetivos são sempre a contrapartida de processos objetivos e vice-versa. Considerando as estruturas sociais e históricas como elementos centrais, é possível pensar nas representações sociais como fenômenos simbólicos produzidos em um espaço do vivido, pois “estão radicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais e assim por diante. Este é o espaço em que elas se incubam, se cristalizam e são transmitidas” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40). Desse modo, elas falam também da realidade em que estão ancoradas, pois, são principais constituintes da vida cotidiana e institucional e transmutam-se em saber e conhecimento sobre o social.

As representações são sempre o que está em circulação nesse ambiente de pensamento, não prescindindo, portanto, desses processos comunicativos expressos na sua função social. Para Jovchelovitch (2000), na comunicação em que as representações se inserem, é preciso pensar como elas se desenvolvem a partir de um objeto social e alimentam a sua constituição. Esse aspecto nos permite pensar a produção das representações sobre a violência, à medida que as representações se desenvolvem sobre o fenômeno dito objetivo da violência e, a partir da sua difusão, passam a integrar não só as relações com tal fenômeno, mas a compor seus aspectos subjetivos. Por isso, pensá-lo a partir de um fenômeno, como as narrativas, tem a ver com pensar as diferenças, o oculto, e compreender a complexidade de uma teia simbólica (JOVCHELOVITCH, 2000).

### **Narrativas jornalísticas de violência urdidas pelo representacional**

Podemos mesmo voltar a Porto (2010), que busca destacar o que há de subjetivo na violência, não só nas situações sociais de sua ocorrência, mas também em processos ulteriores, quando ela passa a ser problematizada, narrativizada, alvo de escrutínio e de avaliações valorativas, quer por indivíduos, quer por grupos, quer por instituições dentro



da sociedade. Porque a violência é um objeto social híbrido, que comporta as multiplicidades do objetivo e do subjetivo, da realidade e das imagens sociais, pensamos a possibilidade de investigar as narrativas jornalísticas como fenômeno relacionado à dimensão subjetiva da violência ou mesmo constituinte dela, já que suas dimensões socioculturais e o caráter mesmo da (re)produção processam domínios representacionais por meio da comunicação como relação social.

Essa dimensão da representação é o que está assente nas narrativas jornalísticas. De acordo com Motta (2013), elas são artefatos culturais que estabelecem e condicionam tanto a compreensão quanto a constituição da realidade. São material simbólico que opera na recriação e co-criação de um sentido público dos eventos. Essas narrativas podem ser compreendidas pelo viés das representações sociais, pois para Motta (2013, p. 32) “as experiências das pessoas são cada vez mais mediadas, elas tomam cada vez mais contato com o mundo exterior através de representações virtuais e discursivas da realidade”, de modo que “criam mundos simbólicos e imaginários nos quais vivem e atuam, e aos quais cada vez mais retroagem”. Falamos desse modo da atividade jornalística como envolvida nessa construção pelo seu caráter de integrante de um mundo representacional, sociossimbólico, com a dimensão de uma atividade que reapresenta os conhecimentos da vida cotidiana.

Devotarmo-nos a essa investigação requer de nós algum cuidado, à medida que as sobreposições que caracterizam a violência como objeto social de representações e a sua narrativização na vida social podem estabelecer subtis desvios rumo aos aspectos mais objetivos, em detrimento daqueles de fato nos interessam. Há aspectos que requerem a perspectiva que procuraremos oferecer neste trabalho, já que temos visto a violência urbana ser alvo de pânicos morais, dramatizações sociais, bem como forro para justificações moralizantes do monopólio estatal da violência e para a negação de diversos ‘outros’ na sociedade brasileira (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016a, 2016b, 2016c; SAMUEL; FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2017).

Isso é relevante porque, como destaca Briceño-León (2007), olhar a violência em nosso contexto latino-americano é também estar atento a dinâmicas culturais, à medida que “a violência é um fato cultural em suas origens e consequências” (2007, p. 80), pois há agentes, como a mídia, que atuam na projeção de expectativas sobre a vida social e a segurança. De acordo com o autor, “as notícias constroem sentimentos e opiniões de uma sociedade, mas a sociedade também modula a notícia” (2007, p. 197), pois a maneira como os meios falam sobre a violência e o impacto social dessas notícias têm a ver com o

próprio contexto. O que condiciona a percepção não é o evento violento ele mesmo, mas a relação que a sociedade tem com esse acontecimento pelo saber mediado. Podemos concordar que “a violência real é reconstruída pelo processo de comunicação que as transmite a outras pessoas; portanto, o que contam as pessoas ou informam os meios de comunicação tem uma ligação tão próxima quanto precária com o real” (2007, p. 197).

Já Wieviorka (2006) e Drawin (2011) destacam o caráter múltiplo da violência e o fato de ser insuficiente uma perspectiva que olhe somente para o objetivo. O primeiro aponta especificamente para a dimensão subjetiva como uma maneira de ir além das abordagens correntes nas Ciências Sociais, que homogeneízam fenômenos diferenciados de modo mais ou menos difuso. Sua ideia é de que se pode compreender a violência a partir de sujeitos e a dimensão simbólica das suas ações. O segundo destaca a mesma complexidade, que deve se basear em uma teorização na qual reverberam as dimensões do fenômeno e representação. Diz-nos:

Não há como falar da violência, portanto, como um dado, quase uma coisa, como algo que possa ser determinado empiricamente e apreendido de modo unívoco e não se pode pretender enfeixar os seus múltiplos aspectos fenomênicos, representacionais e significativos numa concepção única e totalizante acerca de um objeto monolítico (DRAWIN, 2011, p. 12).

Essa ambivalência em torno da violência é também retomada em Porto (2010, p. 75), para quem as representações sociais são uma maneira de “descartar definições abstratas”, pois remetem à relatividade do conceito da violência, que pressupõe a relação de aderência, de sobreposição entre as representações e o campo social do qual emergem. É a ideia de que objeto social e representação social se transmutam continuamente nas ligações estabelecidas pelos indivíduos. Porto demarca especialmente que há uma relação de solidariedade entre ação e representação, porque justamente a última condiciona ações e formas sociais.

[...] pensada de um ponto de vista subjetivo a definição da violência precisaria considerar, igualmente, o que diferentes indivíduos e sociedades reputam (representam) como violência. Representação que poderia, em última instância, interferir na própria realidade da violência, reforçando a necessidade de uma estratégia de análise que se interrogue sobre as relações objetividade/subjetividade enquanto componentes que participam da definição do fenômeno e interferem nas práticas e nas representações que diferentes grupos elaboram de tais práticas (PORTO, 2010, p. 76)

A enunciação dessa problemática em torno da violência por Porto é um ponto de

vista do desenraizamento, da desestabilização de pressupostos, que questiona uma suposta ‘objetividade’ da violência na qual é compreendida como aqueles aspectos apontados acima – as estatísticas e os registros. Isso nos conduz por uma seara na qual os imaginários da violência, do medo e da insegurança, bem como as narrativas sobre tal violência configuram um fenômeno distinto que, no entanto, é constituinte indissociável da globalidade da violência na sociedade. Para pensarmos essas repercussões nas narrativas jornalísticas, tomemos os seguintes textos.

**Desconhecido é morto a facadas, em Uruará.** Um homem de identidade desconhecida foi morto a facadas, no centro do município de Uruará, na região sudoeste do Pará, sendo que logo depois uma guarnição da Polícia Militar conseguiu prender o criminoso, que portava a arma do crime. [...] Segundo informações de populares, dois homens estavam se digladiando, sendo que a vítima estava com um pedaço de pau na mão e o autor do homicídio, com uma faca. De repente, o assassino desferiu diversos golpes de faca na vítima, a qual veio a morrer no local. [...] (DIÁRIO DO PARÁ, 2017, p.3).

**Protesto contra a violência mobiliza moradores de São Miguel do Guamá.** Os moradores do município de São Miguel do Guamá realizaram ontem uma caminhada pedindo paz. O crescimento da violência e da sensação de insegurança desencadeou a mobilização que levou a população às ruas da cidade. O objetivo foi chamar a atenção dos órgãos responsáveis pelo sistema de segurança pública do Estado para que medidas sejam tomadas para combater a criminalidade. [...] (AMAZÔNIA, 2017, p. 28).

Esses excertos nos permitem depreender como a dimensão constitutiva das representações emerge como um esforço de interpretação, mas também de compreensão dos vínculos simbólicos. O primeiro caso, de um homicídio, encerra uma série de representações diluídas nos elementos arrolados na narrativa jornalística. Dentre eles, podemos apontar relações de reciprocidade negativa e violentas, que, pelo repertório do próprio jornal e do que se convencionou como emergência do violento, ocorrem como demarcador da pobreza; as pessoas que se agredem umas às outras nos interstícios da cidade são, segundo tal narrativa, sobretudo, as pessoas pobres. Essa representação toma espaço por conta de distanciamentos sociais entre classes médias e populações periféricas. Além disso, a menção a armas como “pau” e “faca”, reforça essa dimensão da distância social, pela frugalidade dos instrumentos. Não obstante, há uma referência a uma espécie de brutalidade naturalizada, que se exprime na suposta neutralidade do texto jornalístico, mas também na reiteração diária de casos similares, com o qual este estabelece relações, ainda que surja na efemeridade do relato que emerge e cede lugar a outros.

O segundo chama atenção para algo que também motiva o evento narrado e a

narrativa que o apresenta: “o crescimento da violência e da sensação de insegurança” (AMAZÔNIA, 2017, p. 28). Aqui a representação social é mesmo a chave que complexifica a narrativa, pois ambas a ideia e a sensação de que não se está mais seguro na cidade são “representações hegemônicas”, i. e., “significados largamente partilhados pelos membros de um grupo altamente estruturado [...] e que prevalecem de forma implícita em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes” (CABECINHAS, 2009, p. 51), que se perfazem como prevalentes nos domínios da vida, sendo vastamente reproduzidas e consideradas como elemento que orienta as condutas diante da cidade, diante dos indivíduos. Aqui também emerge o medo, medo de ser atingido pela “criminalidade”, sendo aquilo que mobiliza a ação coletiva de um grupo em forma de protesto. Também há o assinalamento de que a preocupação com a violência se tornou generalizada, a ponto de requerer ação de mobilização, mas que também a enxerga como “problema” que é parte de uma quotidianidade, causada pelo tráfico e pelos assaltos, sobre as quais a “população” não tem como agir.

Essas possíveis leituras dão sentido à reflexão aqui delineada, pois, se considerarmos o “tecido de banalidade” sobre o qual fala Moscovici, vemos onde esse enredo narrativo se assenta. É uma forma simbólica que precisa estabelecer uma espécie de tradução dos conhecimentos difusos e potenciais, rearranjando-os nessa forma jornalística, que também integra processos de confluência de subjetividade. A própria constituição narrativa, como expressamos anteriormente, é um ponto de apoio necessário quando olhamos para a violência urbana, pois a sua pertinência no tecido social se dá pela multidimensionalidade de narrativizações que se operam na vida cotidiana e espaços, como o midiático.

Desse modo, podemos concordar com Sodré (2006), para quem as formas de violência visibilizadas na mídia são parte de mediações cujos pontos de referência podem ser diferenciados: sociocultural, anômica, política, representada. “Normalmente, porém, quando a mídia fala de violência, refere-se à anomia de crimes e assaltos, objetos espetacularizados das estatísticas” (SODRÉ, 2006, p. 13), por meio das quais se produzem as imagens do país violento, mas que na verdade são parte de um complexo cenário social, de formas de socialização, precarização, contrastes e contradições. Sodré chega mesmo a dar ênfase na mídia como uma espécie de lugar social, que possui a capacidade de acionar mecanismos simbólicos e valores de ordenamento da sociedade, portanto, como parte de uma teia de “lugares’ disseminados de absorção e transformação do fluxo histórico-dinâmico da vida social em projeções fantasiosas que, no entanto, fingem dar conta da

realidade em sua máxima objetivação” (2006, p. 30).

Assim, se pensarmos nas constituições de enredos que as narrativas acima apresentam, na convergência de representações, está a intersecção das lógicas de relatos policiais, prevalência da oficialidade das polícias civil e militar como ‘combatentes’ da violência, apresentação de casos e crimes como numa narrativa de investigação, pela descrição das etapas da ação da polícia, exposição de acusados e vítimas – que também são personagens e tipos estereotípicos –, demarcação da origem da violência e sua reiteração por meio de evidências da violência cotidiana, fragmentos narrativos que encarnam a violência que todos reconhecem e temem no dia a dia. É possível ainda dizer que tais narrativas identificam, reiteram e reapresentam acusados, vítimas e espaços de violência urbana. Fazem a tessitura das representações sobre a cidade, espaços urbanos, pessoas, perigos, riscos, medos. Apontam de maneira simples a dinâmica da violência urbana, compreendida em termos de uma narrativa maniqueísta, que apresenta os bons e os maus, o bem e o mal.

Esse enredo é facilmente perceptível ao se olhar a maneira como os jornais falam dos acusados e vítimas, como ressaltam uma suposta barbárie das regiões periféricas, como resulta a sua narrativa em uma clara afirmação do que seria a vida no contexto das metrópoles brasileiras: cotidiano de medo de ser mais um alvo da violência urbana incontrolável. Essas narrativas jornalísticas de violência participam de um processo de produção, circulação e mediação de conhecimentos, cujas exposição e a construção se dão por meio de uma atividade organizadora dos sentidos, cujas características são marcadamente de caráter simbólico, já que há a pressuposição de vínculos e da partilha de referenciais hegemônicos apresentados em relação à realidade da violência urbana. É aí que emergem os itinerários das representações nas narrativas jornalísticas de violência, pois é pela palavra que ancoram e objetivam interpretações em torno dos sujeitos, prescrevendo o normativo e o seu contrário, reforçando a ideia de uma espécie de guerra urbana, mas também dos desviantes e dos perigosos, aqueles a quem se deve temer, e dos adequados à ordem, que devem temer e mesmo são as vítimas potenciais da violência.

### **Considerações finais**

O substrato das narrativas são as representações sociais. Pensar essa relação entre os dois domínios, pondo tal ênfase nas representações sociais da violência é parte da assunção de que estamos olhando para fenômenos sociossimbólicos que são complexos e convocam

um ponto de vista comunicacional que considere as múltiplas dinâmicas sociais e culturais configuradoras daquilo com que nos deparamos em nossos contextos, vida cotidiana e representações, em um movimento de vinculação simbólica, mesmo ao modo da natureza comunicativa ou da interação geradora de saberes. Não obstante, pensar o processo de alinhavo das representações nas narrativas sobre violência pelo viés apresentado aqui é um percurso que vai além de olhar para essas mídias jornalísticas e pensá-las tão somente como 'jornalismo sensacionalista', que criaria de todo representações banalizadoras, discriminatórias e deslocadas sobre o fenômeno social.

Certamente não é o único a criar socialmente tais imagens, mas as reproduz e as difunde, podendo reforçá-las, pois estão já elas em circulação na sociedade, são reconhecíveis e podem fazer seu caminho às narrativas jornalísticas. São tecidas pelos fios do simbólico, que convencionaliza e processa determinadas naturalizações em torno do fenômeno da violência. Essa construção é relevante porque na mídia se retecem tais representações, rearranjam-se, pela vinculação a pessoas, eventos e contextos, transformando-se as narrativas em imagens objetivas de conhecimentos difundidos no senso comum da sociedade. Por essa mesma razão, na perspectiva dessas narrativas como transbordantes de conhecimento sociocultural e representações sociais, cumpre percebê-las não só como inteligíveis, mas também como uma chave-síntese que nos ajuda a compreender perspectivas hegemônicas e vigentes sobre as formas de se habitar o mundo social.

### Referências bibliográficas

- AMAZÔNIA. Belém: Organizações Rômulo Maiorana, ano 16, n. 6.146, 04 abr. 2017.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge**. London: Penguin Books, 1991.
- BRICEÑO-LEÓN, R. **Sociología de la violencia en América Latina**. Quito: FLACSO, 2007.
- CABECINHAS, R. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In: BAPTISTA, M. M. (Org.). **Cultura: metodologias e investigação**. Lisboa: Ver o Verso, 2009. p. 51-66.
- COSTA, A. C. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, M. A., et al. (Org.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 179-204.
- DIÁRIO DO PARÁ. Belém: Rede Brasil Amazônia, ano 33, n. 11.936, 04 abr. 2017.
- DRAWIN, C. A. O paradoxo antropológico da violência. In: ROSÁRIO, Â. B.; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. O. (Org.). **Faces da violência na**



**contemporaneidade:** sociedade e clínica. Barbacena: EdUEMG, 2011. p. 12-32.

FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da Amazônia paraense. **Revista Estudos de Jornalismo**, Porto, v. 2, n. 5, p. 99-114, abr. 2016a.

\_\_\_\_\_. Narrativas jornalísticas de violência entre relato e representação: elementos para análise de um fenômeno midiático. **Comunicologia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 100-118, jul./dez. 2016b.

\_\_\_\_\_. Representações de morte e desvio em narrativas jornalísticas da Amazônia urbana. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 23, p. 139-170, dez. 2016c.

FRANÇA, V. **Jornalismo e vida social:** a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. O objeto da comunicação, a comunicação do objeto. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. (Org.). **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 39-60.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública:** a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa.** Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

PORTO, M. S. G. **Sociologia da violência:** do conceito às representações sociais. Brasília: Francis, 2010.

\_\_\_\_\_. Violência e representações sociais. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014. p. 60-70.

SAMUEL, K.-J. P.; FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. O silenciamento do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia Paraense. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 149-169, jan./jun. 2017.

SODRÉ, M. **Sociedade, mídia e violência.** Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.